

ACERVO
INSTITUCIONAL
Fonte
Data 22/4/2000 Pg 84
Class 178

JT

Encontro com presidente divide os índios

Só alguns pataxós de Porto Seguro e índios do Amazonas e de Rondônia concordaram em encontrar FHC. A maioria é contra

A Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, que começou terça-feira com a festiva dança do toré, terminou ontem em clima de tensão. Os representantes indígenas do Amazonas romperam com os demais participantes do encontro, após serem derrotados na votação sobre participar ou não de um encontro com FHC, durante as celebrações oficiais de hoje. A maioria das delegações votou contra. Diante disso, a delegação amazonense retirou-se do encontro, acompanhada por

parte dos pataxós de Porto Seguro e alguns índios de Rondônia. Eles marcaram encontro hoje com FHC, para dar-lhe uma carta, redigida ontem à tarde, sobre os problemas dos índios do País. Havia a possibilidade de os índios participarem do almoço oferecido ao presidente português.

Diálogo com o presidente

Na opinião do índio macuxi José Adalberto Silva, um dos que romperam, os índios precisam dialogar com o presidente. Para a maioria, porém, encontrar-se hoje com Fernando Henrique seria interpretado e explorado como a aprovação aos festeiros oficiais, que os índios condenam.

O racha criou um clima de tensão no encontro. Por volta das 16h, o cacique anfitrião, Carajá, de Coroa Vermelha, che-

gou a impedir a entrada de jornalistas na conferência e criticou o Conselho Indigenista e Missionário (Cimi), vinculado à Igreja Católica. O local foi liberado no início da noite. O último ato do encontro, que reuniu quase três mil representantes de 140 povos indígenas de todo o País, foi a leitura do manifesto que eles terminaram de redigir ontem à tarde. O documento enumera 20 exigências e propostas para o Estado brasileiro.

A primeira delas é: "Cumprimento dos direitos dos povos indígenas garantido na Constituição Federal." Na sequência, eles detalham esses direitos, podendo ser destacados entre eles: demarcação e regularização de todas as terras indígenas, até o final deste ano; garantia e proteção dessas terras; devolução das terras reivindicadas por diversos povos espalhados pelo País inteiro; ampliação dos limites das áreas insuficientes para a vida e o crescimento das famílias; e retirada dos invasores das terras demarcadas.

(R.A.)